

Centro de Lançamento de Alcântara no ostracismo aguarda melhor destino

Governo negocia uso de base de foguetes no Maranhão para lançar satélites

Roberto Lopes escreve de SP para o 'Jornal do Brasil':

O Ministério da C&T vai tentar uma última cartada para, ainda no governo FHC, tirar a base espacial de Alcântara, no Maranhão, do ostracismo.

A Agência Espacial Brasileira, órgão do MCT, negocia com o consórcio americano-australiano Orion a reativação, dentro de três ou quatro anos, da base. Representantes da Orion estiveram em Brasília, discretamente, em junho.

A idéia é lançar ao espaço, a partir de Alcântara, satélites artificiais grandes, do tipo geoestacionário, com peso entre quatro e seis toneladas, para telecomunicações, missões militares e levantamentos meteorológicos.

O plano em estudos prevê que os satélites sejam transportados a uma altitude de 36 mil km pelo foguete russo Aurora, versão modernizada do antigo e conhecido Soyuz. A Orion tem participação da International Launching Service, sociedade da empresa americana Lockheed com a indústria espacial russa.

O governo brasileiro poderá cobrar entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões por lançamento do Aurora, o que permitirá à base brasileira disputar de forma competitiva o rico mercado internacional de lançamentos de satélites.

Estudo da Associação dos Transportadores de Satélites dos EUA prevê, para até 2012, uma valorização comercial dos satélites maiores, em torno de seis toneladas.

Nessa época, pelo menos 30 deles estarão sendo colocados em órbita, anualmente, por foguetes franceses, russos e americanos. A previsão é de que cada lançamento custe em torno de US\$ 80 milhões.

Os americanos trabalham em uma redução do preço desse tipo de serviço, mas seus foguetes Delta 4 e Atlas não levarão satélites grandes ao espaço por menos de US\$ 60 milhões ou US\$ 70 milhões.

A base de Alcântara fica quase exatamente sobre a linha do Equador. Devido à rotação da Terra, os lançamentos de foguetes em trajetória equatorial permitem que eles ganhem velocidade inicial maior, o que possibilita o transporte de satélites maiores ou, no mínimo, uma considerável economia

de combustível.

Nenhuma outra base espacial no mundo tem localização tão privilegiada.

Tal característica vale muito. Em tese, os lançamentos espaciais de Alcântara podem revelar-se 30% mais baratos que os realizados na base russa de Baikonur (Cazaquistão), e 15% mais em conta que os feitos no Centro Espacial Kennedy, no sul dos EUA.

Mas uma fonte do Ministério da Defesa revelou ao 'Jornal do Brasil' que há, nesse momento, outra importante preocupação, com a base de Kourou, Guiana Francesa.

É que a misteriosa explosão ocorrida em uma fábrica perto da cidade de Toulon, na França, ano passado, destruiu na verdade uma fábrica de perclorato de amônia, componente para combustível de foguetes.

O governo brasileiro tem informações de que a fábrica está sendo reconstruída perto da base de Kourou. Isso permitirá que os foguetes levados para a Guiana recebam combustível muito perto do local de onde serão disparados. A medida acarretará redução nos custos de lançamento da base francesa, a única que rivaliza com Alcântara na América do Sul.

O Centro de Lançamento de Alcântara vive hoje uma rotina de ociosidade. Cerca de 250 oficiais e praças da Aeronáutica guarnecem os 620 km² da base, situada 2,3° ao sul da linha do Equador.

A simples manutenção de suas instalações consome cerca de R\$ 1 milhão/ano. Essa verba que terá que ser multiplicada por 60 para habilitar Alcântara a disputar o mercado de satélites. Funcionando a plena carga, seriam necessários 600 civis e militares, sendo 150 engenheiros e técnicos e 300 soldados.

Só a construção de um atracadouro para navios com seis metros de calado custará R\$ 20 milhões. O dinheiro consta das planilhas do Ministério dos Transportes, mas a obra não saiu do papel. O atracadouro permitiria que navios desembarcassem foguetes que levam satélites artificiais a órbitas altas, como o Aurora.

Segundo estimativas da empresa Euroconsult, que presta consultoria a agências governamentais da Comunidade Econômica Européia, até 2007 os serviços de lançamentos e o fornecimento de foguetes contratados desde 98 vão gerar movimento de pagamentos superior a US\$ 45 bilhões. O percentual de remuneração referente ao lançamentos é de 15%.

Em abril de 2000 o ministro da C&T, Ronaldo Sardenberg, assinou com os EUA um acordo de salvaguardas exigido por Washington para permitir que foguetes americanos fossem lançados de Alcântara.

Os americanos temem que especialistas brasileiros espionem os foguetes levados ao Maranhão. O acordo teve parecer

contrário da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional da Câmara, e favorável da de C&T e Informática. Outro parecer contrário, do relator do assunto da Comissão de Constituição e Justiça, dep. Zenaldo Coutinho, aguarda votação.

A indefinição causou o cancelamento de dois lançamentos da empresa Orbital Science Corporation (OSC), ano que vem. Cada um renderia ao Brasil US\$ 15 milhões. A previsão era de que um foguete Pegasus, da OSC, levasse ao espaço dois satélites, de 180 kg a 200 kg, um deles da Nasa, a agência espacial americana. Os lançamentos serão feitos de uma base americana no Oceano Pacífico.

Segundo o representante da OSC no Brasil, Fernando Mendonça, o prejuízo foi maior: "A Orbital tinha seis lançamentos previstos no espaço de 12 meses. O Brasil perdeu todos", lamenta.
(Jornal do Brasil, 18/8)

Nota do editor:

Convém deixar bem claro que para poder contar com clientes norte-americanos para o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara é indispensável a ratificação pelo Congresso Nacional do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA.

As empresas dos EUA representam nada menos de 80% do mercado de lançamentos comerciais.

Urge conhecer melhor o texto do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA para constatar que, na realidade, ele não fere a soberania do país e que é hoje a porta de entrada do Brasil no mercado mundial de lançamentos comerciais.

Se não aproveitarmos essa porta, Alcântara continuará no ostracismo ainda por muito tempo.

Se há deputados e senadores que suspeitam dos benefícios do acordo, aqui vai uma recomendação: criem uma comissão parlamentar de acompanhamento para examinar passo a passo a aplicação do acordo.

Mas, por favor, não impeçam que o acordo seja aprovado e funcione para que Alcântara comece a faturar o mais rapidamente possível.
(José Monserrat Filho)